**Economia e desenvolvimento sustentável**

Ladislau Dowbor

10 de setembro de 2018

A economia deve, obviamente, ser pautada pelo bem comum. Ou seja, deve estar ao nosso serviço, e não o contrário. Quando falamos no bem comum, isto significa que deve assegurar o bem da sociedade como um todo, e não apenas minorias. E como não somos a última geração neste pequeno planeta, o objetivo deve ser atingido sem prejudicar as próximas. Em termos bem resumidos é disso que se trata quando falamos em desenvolvimento sustentável: o bem-estar de todos nós seres humanos, e o bem-estar do planeta, da natureza no sentido amplo.

Temos amplamente os recursos para atingir esses objetivos. Hoje produzimos no mundo 80 trilhões de dólares por ano de bens e serviços. Isso dividido por 7,5 bilhões de pessoas representa 3.500 dólares por mês por família de quatro pessoas. O Brasil está exatamente na média, o que significa que temos hoje como assegurar 14 mil reais por mês por família. Mesmo sem exigir muita igualdade, temos como assegurar uma vida digna e confortável para todos, tanto no mundo como no nosso país. O nosso problema não é econômico, é político, é de organização social. A democracia política deve se acompanhar de uma democracia econômica. Dito de outra forma, temos de organizar o contrapeso à burrice da nossa oligarquia, que não sabe criar os próprios limites.

Por outro lado, temos tanto os recursos como as tecnologias para utilizar as imensas riquezas que a natureza nos fornece, de maneira que não só não sejam dilapidados, como para que se ampliem, melhorando as condições de vida dos nossos filhos. Hoje só de grãos produzimos no mundo mais de um quilo por dia e por pessoa. É completamente absurdo termos 850 milhões de desnutridos no mundo, cifra que voltou a crescer. O excesso de alimentos produzidos permite que joguemos fora qualquer fruta que fuja ao tamanho comercialmente ideal, que utilizemos os produtos de forma irresponsável: 30% do alimento produzido são desperdiçados. Temos as tecnologias para fazer uma agricultura que não contamine, carros elétricos não poluentes, energia renovável, reciclagem que não transforme o planeta em lixão e assim por diante. Uma sociedade não pode se pautar por uma forma de produção e um perfil de consumo que hoje ultrapassa em um terço a capacidade de reposição dos recursos naturais. Sabemos o que deveria ser feito, e temos os meios. O nosso problema não é desconhecimento, é ignorância. Ignorância não é questão de inteligência, e sim dos fins com a qual a utilizamos.

Temos hoje nessa nossa pequena espaço-nave terra, como vimos, 7,5 bilhões de habitantes, e acrescentamos cerca de 80 milhões a cada ano. Há coisas que funcionam. Se generalizarmos o modo de consumo dos norte-americanos para todos, serão necessários 4 planetas. Em outros termos, temos de assegurar um modo de vida diferente. Não de pessoas pobres, mas de pessoas inteligentes. Hoje no mundo temos 42 famílias que dispõem de mais riqueza do que a metade mais pobre da população mundial. Visto de outra forma, 1% dos mais ricos tem mais riqueza acumulada do que os 99% seguintes. No Brasil, os 5% mais ricos têm mais do que os 95% seguintes. Este sistema não funciona por duas razões óbvias: os mais ricos nem produziram o imenso patrimônio que detêm, nem dele precisam. E há uma massa de gente no planeta que não só produz, como precisa do produto. É uma questão de merecimento e de inteligência política e social.

Um exemplo prático: um bilionário antigamente estaria investindo em empresas, gerando empregos, produtos e impostos para as políticas públicas. Hoje, os bilionários são donos de recursos financeiros, o que costumamos chamar de papéis, mas que hoje constituem sinais magnéticos, dinheiro virtual que circula na velocidade da luz. O bilionário hoje investe por exemplo o seu bilhão de dólares em papéis que rendem modestos 5% ao ano. O cálculo é simples, ele estará aumentando o seu patrimônio em 137 mil dólares ao dia. Como não conseguirá, por mais jatinhos pessoais que tenha, gastar tudo isso todo dia, no dia seguinte a sua aplicação renderá 5% sobre o bilião inicial, mais 130 mil dólares (a vida está cara). É o que se chama em finanças de *snow ball effect,* efeito bola de neve. Quando se é muito rico, é só aplicar e deixar o dinheiro se multiplicar, com as mãos no bolso. O capitalismo mudou: hoje, quem está no 1% acompanha com interesse e prudente distância as pessoas que lá em baixo produzem. O ar lá em cima é muito rarefeito, não favorece o bom senso.

Não investem, fazem aplicações financeiras, o que é muito diferente. Eu posso até ganhar dinheiro com uma aplicação financeira, mas esse ganho não gera nenhum produto, não haverá nem uma casa ou bicicleta a mais no país porque eu fiz uma boa aplicação. E para onde irá o dinheiro que eu apliquei? Irá para onde rende mais. Ora, a produção real de bens e serviços aumenta em média algo como 2 a 2,5% ao ano. As aplicações rendem bem mais. Ou seja, os nossos recursos financeiros se desviaram para um sistema que muitos hoje qualificam de cassino mundial. É o que chamamos de financeirização, uma transformação profunda do capitalismo em que os bancos e outros intermediários financeiros, junto com a classe mundial de bilionários, recolhem os frutos do que outros produzem. Eu chamo isso de zona financeira.

Alguém, naturalmente, tem de pagar o pato, e não é de plástico. O Brasil oferece uma clara explicitação do mecanismo. Eu que sou professor universitário e tenho minha poupança, pago uma geladeira nova 1200 reais, para dar um exemplo. A massa da população, que precisa de geladeira mas não pode pagar à vista, vai pagar a prazo um total de 2700 reais. O grande comerciante se transformou em agiota. O crédito pessoal no banco na França custa na ordem de 3,5% ao ano. No Brasil é o que pagamos ao mês. Aliás, apresentam o juro ao mês, e não ao ano como deveriam, escondendo o efeito de juro composto. O consumidor vai entender? Hoje temos 64 milhões adultos que estão “com nome sujo”, “negativados” no nome técnico, o que junto com a família representa mais da metade da população do país.

Entre comércio, bancos, seguradoras, planos de saúde, fundos complementares e outros intermediários do dinheiro dos outros, geraram um sistema de agiotagem que paralisou o consumo das famílias, principal motor da economia. A quebra da capacidade de consumo das famílias travou também as empresas, pois ninguém expande a produção e o emprego quando não há para quem vender. O desemprego aumentou de 4,8% para 13% da população ativa, o que reduziu mais ainda o consumo. Somando os juros que os rentistas extraem das famílias e das empresas produtivas, chegamos a 16% do PIB, desviados todo ano para o casino. É o chamado rentismo. Pagariam pelo menos impostos? Desde 1995 os lucros e dividendos distribuídos são isentos. E como bônus, os que têm dinheiro para aplicar podem comprar títulos da dívida do governo, drenando cerca de 400 bilhões de reais, 7% do PIB, de dinheiro público que deveria servir para financiar infraestruturas e políticas como saúde, educação, segurança. O que por sua vez geraria emprego. A agiotagem se tornou sistêmica.

Resultado prático? Sabemos o que deve ser feito, e temos os recursos. Mas estamos alimentando um conjunto de parasitas que nem investem, nem pagam impostos. E derrubam quem quer fazer os recursos servir a quem os produziu. Detestam democracia. É, como o qualificamos em livro recente, *A era do capital improdutivo*.

Ladislau Dowbor, economista, é professor da PUC-SP e consultor de várias agências da ONU. Os seus estudos estão disponíveis gratuitamente e na íntegra (regime *creative commons)* em <http://dowbor.org>. *A era do capital improdutivo* está disponível igualmente em videos curtos que podem ser utilizados em cursos. Contato ldowbor@gmail.com

Artigo publicado originalmente em:

**Ivanilda Barbosa, Silvana Elias e Vânia Resende - O Brasil à luz do espelho: sombras, conflitos, reflexões. São Paulo: editora FFLCH-Humanitas, 2019 - 332 p. - ISBN 978-85-7732-385-2**